

AUTOGRAFO DE LEI Nº 70/2025, DE 24 DE OUTUBRO DE 2025.

INSTITUI A GUARDA CIVIL  
MUNICIPAL DE POTENGI/CE,  
DISPÕE SOBRE SUA ESTRUTURA,  
PRINCÍPIOS, COMPETÊNCIAS E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE POTENGI, ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

#### **CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Fica instituída a Guarda Civil Municipal de Potengi/CE, vinculada ao Gabinete do Prefeito, órgão de natureza civil, uniformizado e permanente, com fundamento no art. 144, § 8º, da Constituição Federal e na Lei Federal nº 13.022/2014.

**Art. 2º** Compete à Guarda Civil Municipal a proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União e do Estado.

#### **CAPÍTULO II - DOS PRINCÍPIOS**

**Art. 3º** São princípios mínimos de atuação da Guarda Civil Municipal:

I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;

II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;

III - patrulhamento preventivo;

IV - compromisso com a evolução social da comunidade;

V - uso progressivo e proporcional da força, porém, sem nenhuma afronta ao princípio da dignidade humana.

#### **CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS**

**Art. 4º** Compete à Guarda Civil Municipal de Potengi:

I - zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos municipais.

II - prevenir, inibir e coibir, pela presença e vigilância, infrações penais ou administrativas contra os bens e serviços municipais;

II - atuar, preventiva e permanentemente, na proteção da população usuária dos serviços públicos;

III - colaborar com os órgãos de segurança pública em ações integradas;

IV - colaborar na pacificação de conflitos, com respeito aos direitos fundamentais;

V - cooperar com os demais órgãos de defesa civil;

VI - proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município;

VII - apoiar ações de segurança escolar e comunitária, participando de atividades educativas;

VIII - acompanhar servidores em fiscalizações para garantir-lhes segurança física e moral;

IX - atuar mediante ações preventivas de segurança e cidadania, em parceria com outros órgãos públicos.

**§1º** No exercício de suas competências, a Guarda poderá atuar em conjunto com órgãos de segurança pública da União, do Estado ou demunicípiosvizinhos,medianteconvêniououtermodecooperação.

**§2º** É vedado o exercício de funções típicas das Polícias Civil ou Militar, devendo a atuação da Guarda limitar-se à esfera municipal e à proteção preventiva.

#### **CAPÍTULO IV - DO USO DE EQUIPAMENTOS E ARMAMENTO**

**Art.5º** Os integrantes da Guarda Civil Municipal poderão utilizar **instrumentos de menor potencial ofensivo**, observando os princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade e razoabilidade.

**Parágrafo único.** O porte de arma de fogo, quando autorizado, seguirá as normas da **Lei Federal nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento)** e as regulamentações da Polícia Federal.

## **CAPÍTULO V - DA CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO**

**Art.6º** O ingresso e o exercício das funções na Guarda Municipal dependerão de aprovação em **Curso de Formação em Segurança Pública**, conforme matriz curricular da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

**§ 1º** O Município poderá firmar convênios com instituições públicas ou privadas para viabilizar a formação e o aperfeiçoamento dos guardas.

**§ 2º** A formação contínua é obrigatória, devendo ser realizada periodicamente.

## **CAPÍTULO VI -DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**Art.7º** A estrutura da Guarda Civil Municipal compreenderá:

- I - Comando da Guarda Municipal;
- II - Subcomando Operacional;
- III - Setor Administrativo e de Apoio Logístico;
- IV - Efetivo de Guardas Civis Municipais.

**Art. 8º** O ingresso nos cargos efetivos de Guardas Municipais será realizado mediante concurso público, a ser regulamentado posteriormente por Lei Específica, publicada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, observada a disponibilidade financeira e orçamentária do Município e o regime estatutário dos servidores públicos municipais.

**Art.9º** Os cargos de Comandante e Subcomandante da Guarda poderão ser de **livre nomeação e exoneração**, de acordo com regulamentação do Executivo.

## **CAPÍTULO VII -DAS DISPOSIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINAIS**

**Art.10.** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 11.** A implantação da Guarda Civil Municipal será feita **de forma gradativa e escalonada**, conforme disponibilidade financeira e os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art.12.** O Prefeito Municipal editará, no prazo de **120(cento e vinte) dias**, o **Regulamento Interno** e demais normas complementares da Guarda Civil Municipal.

**Art. 13.** Aplicam-se aos servidores da Guarda Municipal, no que couber, as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais legislações correlatas.

**Art. 14.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Potengi/CE, aos 24 de outubro de 2025.

  
**José Juscie Rodrigues da costa**  
**Presidente**